



A proibição das armas nucleares

Em 2017, após uma década de sensibilização política da Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares (ICAN) e seus parceiros, 122 nações votaram para adotar um Tratado histórico para proibir as piores armas do mundo, conhecido como o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares (TPAN). Ele entrou em vigor em 2021.

Antes desse momento, as armas nucleares eram as únicas armas de destruição em massa não sujeitas a uma proibição abrangente e globalmente aplicável. Assim, o novo Tratado preencheu uma lacuna importante no Direito Internacional.

Ele nasceu de uma profunda preocupação com a crescente ameaça que as armas nucleares representam para a sobrevivência humana, o meio ambiente, o desenvolvimento socioeconômico, a economia global, a segurança alimentar e a saúde e o bem-estar das atuais e futuras gerações.

Não é apenas o primeiro Tratado multilateral a proibir as armas nucleares de forma absoluta, mas também o primeiro a estabelecer estruturas para a eliminação verificável das armas nucleares e para a assistência às vítimas de seu uso e testes.

Embora nenhuma nação nuclearmente armada tenha aderido ao TPAN até o momento, ele continua sendo uma ferramenta indispensável para fortalecer o tabu global contra o uso de armas nucleares e impulsionar ações há muito devidas em prol do desarmamento.

A história mostrou que a proibição de certos tipos de armas facilita o progresso rumo à sua eliminação. Armas que foram proibidas são cada vez mais vistas como ilegítimas, perdendo seu status político e, junto com ele, os recursos para sua produção.

À medida que mais e mais nações aderirem ao TPAN ao longo do tempo, suas normas se tornarão mais fortes e a pressão sobre as nações com armas nucleares para que se conformem a elas se intensificará. Até o momento, mais da metade das nações do mundo aderiu ao tratado.

Ele oferece uma alternativa poderosa a um mundo em que ameaças de infligir destruição em massa são permitidas de prevalecer. Apresenta um caminho a seguir em um momento de alarmante crise.

Principais disposições do TPAN

Proibições

O TPAN proíbe as nações de desenvolver, testar, produzir, adquirir, estocar, transferir, usar ou ameaçar usar armas nucleares. Também são proibidas de hospedar armas nucleares de outra nação em seu território, ou de auxiliar ou encorajar outros a se envolverem em atividades proibidas pelo tratado.

Estrutura para a eliminação

O Tratado estabelece uma estrutura legal para a eliminação verificável e irreversível de programas de armas nucleares e instalações associadas. Uma nação nuclearmente armada que a ele aderir deve retirar suas armas nucleares do status operacional imediatamente e destruí-las de acordo com um plano negociado e com prazo definido, dentro de um limite de até 10 anos. Alternativamente, uma nação pode destruir suas armas nucleares antes de aderir ao tratado e ter isso verificado por uma autoridade internacional designada.

Assistência às vítimas e remediação ambiental

O Tratado exige que as nações assistam às vítimas do uso e dos testes de armas nucleares, inclusive com cuidados médicos, reabilitação e apoio psicológico. Elas também devem tomar medidas para remediar áreas contaminadas com radiação proveniente de explosões nucleares. A cooperação internacional é fundamental para a implementação eficaz dessas disposições.

Baseando-se em outros tratados

O TPAN reforça tratados anteriores relacionados às armas nucleares, incluindo o Tratado de Não Proliferação de 1968, que visa limitar o número de nações possuidoras de armas nucleares e avançar no objetivo do desarmamento.

Conforme afirmado pela Corte Internacional de Justiça em 1996, as nações têm uma obrigação legal “de prosseguir de boa-fé e concluir negociações visando o desarmamento nuclear”. A falta de progresso nesse sentido foi uma das principais motivações para a negociação do TPAN.

Outros tratados complementares incluem o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares de 1996 e Tratados regionais que estabelecem zonas livres de armas nucleares na América Latina e no Caribe, no Pacífico Sul, na África, no Sudeste Asiático e na Ásia Central.

O TPAN é baseado em um conjunto de leis conhecido como Direito Internacional Humanitário, que limita os métodos e meios de guerra. As partes em um conflito armado devem abster-se de usar armas incapazes de distinguir entre civis e combatentes, ou aquelas que infligem ferimentos supérfluos ou sofrimento desnecessário.

Armas proibidas



Armas biológicas —
proibidas em 1972



Munições cluster —
proibidas em 2008



Armas químicas —
proibidas em 1993



Armas nucleares —
proibidas em 2017



Minas antipessoal —
proibidas em 1997



Uma reunião das partes do TPAN em Nova York em 2025. Crédito: ICAN

Trazendo mais nações a bordo

Qualquer nação pode aderir ao TPAN a qualquer momento. Aquelas que atualmente relutam em fazê-lo podem reavaliar suas posições à medida que o número de membros do tratado cresce e as exigências de seus cidadãos se tornam mais vocais.

Esse foi o caso no passado com outros Tratados. França e China, por exemplo, se opuseram ao Tratado de Não Proliferação quando ele foi negociado, mas se sentiram compelidas a aderir a ele décadas depois.

O mundo está mudando rapidamente, e os líderes de hoje não permanecerão no poder para sempre. Governos futuros podem aceitar os méritos do Tratado onde os governos atuais não o fazem.

As nações que aderiram ao TPAN são obrigadas a encorajar outras a se juntarem, com o objetivo final de uma “adesão universal”.

Aderir ao tratado envia uma mensagem clara de que as armas nucleares são inaceitáveis e devem ser abolidas. Em um momento de crescentes perigos nucleares, ele oferece a melhor esperança para a eliminação das piores armas.

“Aproveitemos agora as oportunidades únicas que este tratado nos oferece e ponhamos fim à era das armas nucleares.”

— Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2020

Desarmadores: África do Sul e Cazaquistão

Dois dos principais defensores do TPN, África do Sul e Cazaquistão, demonstraram por meio de ações passadas que o desarmamento nuclear é possível.

Quando o Cazaquistão conquistou sua independência em 1991, após o colapso da União Soviética, mais de 1.400 armas nucleares permaneciam em seu território. O país optou por renunciar a todas elas, reconhecendo que sua segurança seria melhor alcançada por meio do desarmamento.

A África do Sul chegou à mesma conclusão no fim da era do Apartheid, no início dos anos 1990, desmantelando voluntariamente todo o seu arsenal de bombas nucleares — um ato posteriormente verificado pela Agência Internacional de Energia Atômica.

Líderes de ambas as nações expressaram grande orgulho em suas contribuições para alcançar um mundo livre de armas nucleares, instando outros a seguirem o mesmo caminho.



Carcaças das bombas nucleares da África do Sul.

“A entrada em vigor do Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares em janeiro de 2021 foi uma conquista extraordinária e um passo em direção à eventual eliminação das armas nucleares.”

— António Guterres, Secretário-Geral da ONU, 2021



Uma cerimônia de alto nível para a assinatura do TPAN em 2017. Crédito: ONU Photo